



ENTRE AUSÊNCIAS E PERMANÊNCIAS: O TRANÇADO DA MEMÓRIA E PERTENCIMENTO NO VALE DO JAGUARIBE/CE

Geovana Mendes Barros ¹

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas de pertencimento e a reconstrução das identidades indígenas no Vale do Jaguaribe, Ceará, tomando o artesanato de palha da carnaúba como expressão simbólica das ausências e permanências que marcam o território. A pesquisa, de caráter qualitativo e fundamentada na história oral, foi desenvolvida com mulheres artesãs do município de Itaiçaba, a partir de observações diretas e entrevistas semiestruturadas. As narrativas revelam que, embora o discurso histórico tenha construído a ideia de “ausência” indígena na região, essa ausência é apenas aparente, um silenciamento imposto pela colonialidade. Nas práticas cotidianas, nos gestos e nas técnicas herdadas, pulsa a permanência de memórias, saberes e territorialidades ancestrais. O trançado da palha, aprendido com mães e avós, manifesta a continuidade de um saber-fazer que atravessa gerações, configurando o corpo e o território como lugares de resistência. O artesanato, antes usado como “moeda de troca”, transforma-se em instrumento de autonomia e afirmação identitária, revelando que o passado não está ausente, mas reatualizado nas práticas presentes. Assim, o estudo evidencia que o artesanato de palha da carnaúba é mais que um ofício, é um território simbólico onde a memória e o pertencimento se entrelaçam, expressando a permanência indígena no Vale do Jaguaribe apesar das tentativas históricas de apagamento.

Palavras-chave: Artesanato de palha da carnaúba, Identidade, Resistência, Artesãs, Vale do Jaguaribe.

ABSTRACT

This work aims to analyze the dynamics of belonging and the reconstruction of indigenous identities in Vale do Jaguaribe, Ceará, taking carnauba straw handicrafts as a symbolic expression of the absences and permanences that mark the territory. This qualitative research, grounded in oral history, was conducted with women artisans in the municipality of Itaiçaba, using direct observation and semi-structured interviews. The narratives reveal that, although historical discourse has constructed the idea of Indigenous "absence" in the region, this absence is only apparent, a silencing imposed by coloniality. In everyday practices, gestures and inherited techniques, the permanence of ancestral memories, knowledge and territorialities pulsates. The art of straw weaving, learned from mothers and grandmothers, manifests the continuity of a know-how that spans generations, shaping the body and the territory as places of resistance. Craftwork, once used as an "exchange currency", is transformed into an instrument of autonomy and identity affirmation, revealing that the past is not absent, but rather re-actualized in present practices. Thus, the study shows that carnauba straw handicraft is more than just a craft; it is a symbolic territory where memory and belonging intertwine, expressing the indigenous presence in Vale do Jaguaribe despite historical attempts of annulment.

Key-words: Carnauba straw handicrafts. Identity. Resistance. Artisans. Vale do Jaguaribe.

¹ Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PropGeo da Universidade Estadual do Ceará – UECE, geodageo0806@gmail.com.



INTRODUÇÃO

No contexto pós-colonial, a construção, ou melhor, a reconstrução das identidades dos povos, ainda é atravessada por um contínuo e doloroso processo de disputas que afeta a dimensão territorial e reverbera no plano simbólico-cultural. No que hoje entendemos como Nordeste do Brasil, Oliveira (1998) discorre que nessa região, historicamente, povos indígenas foram tidos como “absorvidos” pela sociedade e colocados numa condição de “extintos” e “misturados”, uma noção marcada por preconceitos que percebiam os grupos indígenas como menos puros e como resquícios sem autenticidade cultural ou valor político. Contudo, conforme o autor, em meados do século XX, houve uma mudança no cenário no Nordeste em relação a reconstrução e afirmação de novas identidades indígenas, onde a partir da reapropriação simbólica, cultural e política do território os povos passaram a reelaborar a própria história e compreender a “mistura” como um elemento, não mais de perda, mas constitutivo de resistência e continuidade. Assim, a reconstrução das identidades indígenas no Nordeste se consolida como um ato político e simbólico de reexistência, no qual a “mistura” é ressignificada como expressão viva da permanência e da força dos povos originários diante das violências históricas da colonização.

Entretanto, há espaços em que a noção da “mistura” e “extinção” ainda se perpetua, se transforma e se reafirma na condição de “ausência”, que foi construída e se sustenta por meio de discursos acadêmicos, políticos e culturais. Isso ocorre, até o presente momento, por exemplo, na região do Vale do Jaguaribe, no semiárido cearense, onde a violência colonial continua se desdobrando e colocando em evidência as resistências históricas. Até sua consolidação, esse território foi pisoteado pelo gado, encharcado pelo sangue indígena e sacrificado pelo peso da cruz colonizadora. A então chamada pejorativamente “Guerra dos Bárbaros”, que se constituiu como um dos conflitos mais duradouros e violentos acontecimentos históricos contra os povos originários, ocorrido no Nordeste, foi episódio fundante para o território jaguaribano e contribuiu com a ideia da “ausência” indígena (Puntoni, 2002; Ferreira Neto, 2011; Barros, 2021). No entanto, essa ideia da ausência se baseia numa noção que se limita a presença do corpo físico, como se aquilo que não é visto não existisse. Mas no contexto do Vale do Jaguaribe, o que foi historicamente negado não foi a existência dos povos, mas a sua visibilidade dentro de uma lógica colonial que exterminou, expulsou e obrigou corpos e culturas a se reelaborarem para sobreviver.

Assim, essa “ausência” não é um dado da realidade, mas uma construção discursiva e política. Os povos indígenas sempre estiveram presentes, ainda que forçados a reinventar suas formas de ser e de estar no mundo, afirmando-se justamente a partir das estratégias de



resistência e adaptação que lhes permitiram continuar existindo. Nesse sentido, Barros (2021; 2023), observa que mesmo diante de todos os desafios e violências coloniais que ainda fazem parte do no presente, alguns elementos, a exemplo da memória, das práticas culturais, das territorialidades, assim como aquelas colocadas por Oliveira (1998) que foram importantes para o processo de etnogênese das identidades dos povos indígenas do Nordeste, revelam-se como fundamentais no processo de emergência da identidade dos sujeitos do Vale do Jaguaribe. Isso faz do território Jaguaribano um espaço significativo para repensar as permanências e as ressignificações das identidades indígenas, pois num contexto fluído, as memórias que continuam atravessando gerações e salvaguardando práticas culturais e afetivas ancestrais, permitem que as identidades, mesmo reformuladas, resistam pelo tempo e espaço.

Diante do exposto, este trabalho², estruturado numa abordagem qualitativa, ancorado nos métodos da história oral, toma o artesanato de palha da carnaúba como uma expressão simbólica da resistência dos povos originários, a fim de analisar as dinâmicas de pertencimento e a construção de identidades étnicas em contextos pós-coloniais a partir das territorialidades de mulheres artesãs do município de Itaiçaba, no Vale do Jaguaribe. Além disso, também temos como objetivos compreender o papel do artesanato de palha como veículo de resistência cultural e reexistência indígena e discutir como a memória e as práticas culturais informam os sentidos de pertencimento em territórios de “ausência” indígena.

A escolha desta manifestação cultural, se justifica pelo caráter simbólico, histórico e identitário que possui para os sujeitos da região do Vale do Jaguaribe, sobretudo, para o município de Itaiçaba, onde se desenvolve esta análise. O artesanato da palha da carnaúba, como uma herança dos povos indígenas, expressa formas de saber-fazer tradicional, transmitido entre gerações, que articula o trabalho manual, a memória, o território, a relação com a natureza e a cultura.

A partir dessa compreensão, em um território com uma presente “ausência” indígena, como visto no Vale do Jaguaribe, fazer uma análise da identidade por meio das heranças desses povos, é uma ação contra hegemônica. Isso ocorre porque o que compreendemos por identidade, está longe de ser algo meramente estático. Dessa forma, compreender o artesanato de palha da carnaúba como expressão simbólica e material da memória permite adentrar dimensões mais profundas das identidades que se (re)constroem no Vale do Jaguaribe. Ao evidenciar a presença indígena nos gestos, nas técnicas e nas narrativas que permeiam o fazer

² Este trabalho integra parte da pesquisa em desenvolvimento na tese de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PropGeo da Universidade Estadual do Ceará - UECE, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.



artesanal, abre-se um caminho para refletir sobre como o passado e o presente se entrelaçam nas práticas culturais, revelando modos próprios de resistência e pertencimento.

METODOLOGIA

Enquadrando-se no âmbito de uma pesquisa social, os procedimentos metodológicos deste trabalho buscaram aproximar os caminhos da pesquisadora com os sujeitos e as vivências que foram pesquisadas. Por essa razão, por se tratar de um trabalho que valoriza os significados e saberes de uma prática ancestral, o artesanato de palha da carnaúba, optamos por uma metodologia alicerçada na pesquisa qualitativa para tratar de uma realidade subjetiva.

Com base nisso, o desenvolvimento deste trabalho se deu a partir da realização de trabalho de campo no município de Itaiçaba, no Vale do Jaguaribe, onde foram conduzidas observações diretas e entrevistas semiestruturadas com mulheres artesãs. A escolha desse método se deu porque, além da sua flexibilidade e o foco em símbolos, significados e valores, a pesquisa também esteve ancorada nos métodos da história oral, a tradição oral, que prioriza os relatos e as narrativas dos sujeitos.

Desse modo, foram selecionadas quatro entrevistas, com base na diversidade de experiências, densidade dos sentidos atribuídos pelas artesãs ao fazer artesanal e ao território, bem como as vivências comuns entre elas. Por fim, a escolha desta metodologia também busca construir, em diálogo com essas artesãs, novas e outras compreensões sobre os processos formativos das identidades, reafirmando que, mesmo em meio ao silenciamento e essa “ausência”, a presença indígena é ativa e pulsante.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Vale do Jaguaribe, para discutir a questão indígena, precisamos compreender a relação entre território, memória e pertencimento. Para isso, é preciso um movimento dentro da perspectiva histórico-geográfica. Barros (2021;2023), ao pesquisar a questão indígena nesta região, evidencia que a presença indígena na região, para além dos extermínios, foi invisibilizada por discursos coloniais que transformaram o apagamento em “ausência” e a mestiçagem em sinônimo de perda. Essa compreensão vai de encontro com o que Oliveira (2004) problematizou sobre a noção dos “índios misturados”. Para ele, a situação colonial produziu categorias de classificação que negaram a existência e a legitimidade dos povos indígenas do espaço que hoje compreendemos como Nordeste.

Oliveira (2004) ainda aponta para o processo de territorialização e de reelaboração cultural, como uma forma de resistência diante da violência e do deslocamento forçado,



reafirmando a capacidade dos grupos de reconstruírem seus laços comunitários e identitários mesmo em contextos de opressão. Nesse sentido, Ferreira Neto (2011) e Barros (2021; 2023), afirmam que os povos originários da região jaguaribana tiveram suas existências e identidades negadas, mas resistiram através de estratégias simbólicas e materiais expressas em práticas cotidianas, como o artesanato de palha da carnaúba, que se configura como herança ancestral e expressão de reexistência no presente, e desenvolveram formas de sociabilidade e resistência compartilhadas, estabelecendo redes de solidariedade e sobrevivência no território.

Essa reconfiguração identitária marcou também uma reapropriação do território. A respeito desse conceito, Haesbaert (2005; 2020), para além do espaço físico e político, compreende-o como categoria relacional, simbólica e multiescalar que resulta da apropriação e significação do espaço, podendo ser constituído por relações de poder e por dimensões culturais e simbólicas. O próprio corpo também pode ser entendido como território, pois é o primeiro território e a base da existência de qualquer indivíduo (Haesbaert, 2020). No sentido do Vale do Jaguaribe, o sentido atribuído ao território está relacionado a existência, que envolve não só a dominação, mas também identidade, pertencimento e resistência.

A partir dessa compreensão, torna-se necessário discutir a territorialidade como dimensão constitutiva das relações sociais e culturais no Vale do Jaguaribe. Para Haesbaert (2007), a territorialidade se expressa no modo como indivíduos e grupos se apropriam, organizam e atribuem sentido ao lugar, envolvendo dimensões materiais e simbólicas. Trata-se de um processo que articula identidade e pertencimento, onde o território se realiza como contínuo. O artesanato de palha de carnaúba, como já colocado por Barros (2021; 2023), nesse contexto, aparece como uma dessas expressões territoriais, materializando a ligação entre o corpo, o território e a memória, constituindo assim o Vale do Jaguaribe, como território simbólico de reexistência.

Assim, com esse aporte teórico aqui podemos compreender que o artesanato de palha da carnaúba, longe de ser apenas uma prática econômica, constitui um território simbólico de resistência. Ele traduz uma memória viva que entrelaça corpo, natureza e história, reafirmando a presença indígena no Vale do Jaguaribe como um processo contínuo de luta, criação e pertencimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diferente de outras regiões do Nordeste, o Ceará teve o seu processo de colonização iniciado de dentro para fora, isso porque a porção de Mata Atlântica não era suficiente para exploração, e os bens naturais disponíveis, como a vegetação rala da Caatinga e os rios, a



exemplo do Jaguaribe, ofereciam melhores condições para o desenvolvimento da atividade pecuarista (Valverde, 1967). Contudo, nestas terras, antes das cercas, habitavam diversas populações indígenas, que viviam em equilíbrio com o meio. Mas, numa espécie de projeto de “limpeza do território” (Puntoni, 2002), estes povos tiveram sua existência e sua sociabilidade prejudicada, resultando num silenciamento, que aos poucos vem sendo quebrado.

No entanto, mesmo diante de um discurso persistente de “ausência”, os elementos simbólicos presentes no artesanato de palha da carnaúba e nas narrativas das artesãs demonstram que a presença indígena no Vale do Jaguaribe, ainda que silenciada, fragmentada e reformulada, permanece pulsando e sendo reafirmada nos saberes e nas práticas compartilhadas entre os sujeitos. Esses elementos não apenas reafirmam vínculos com o território e com as ancestralidades, mas também evidenciam processos de ressignificação e continuidade cultural, nos quais o fazer artesanal assume o papel de linguagem e de território simbólico.

Assim, o trançado da palha transforma-se em gesto de resistência, por meio do qual saberes e identidades são preservados e atualizados diante das violências históricas e dos silenciamentos impostos. O que emerge, portanto, é uma presença que resiste não apenas na materialidade do objeto, mas, sobretudo, na força simbólica das práticas que recontam o passado e reinventam o presente, desafiando a lógica colonial que tentou apagar esses corpos, vozes e territórios. Essa perspectiva vai de encontro com o que observou Porto Alegre (1994), quando afirma que a “a aura que cerca uma obra de arte é a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja”, evocando o gênio criador inscrito na memória coletiva e problematizando a lógica hierarquizante e colonial, que desconsidera o potencial criador e transformador das práticas culturais populares e indígenas.

Nesse sentido, o artesanato de palha, como herança ancestral e expressão simbólica, evidencia o oposto de uma concepção estática, pois carrega consigo registros de memória, pertencimento e ancestralidade. Com as narrativas das artesãs entrevistadas, que confrontam o discurso da “ausência” e refletem sobre a presença que resiste mesmo de forma sutil, percebemos que elas complementam essa dimensão e dão voz aos saberes transmitidos, reforçando os vínculos com a história.

Após essa reflexão, nos aproximamos das narrativas das artesãs e adentramos um espaço que revela dimensões que escapam das categorias fixas da história oficial. As narrativas dessas mulheres emergem do cotidiano, se cruzam e reconstroem o sentido de ser e estar no território. Entre as experiências destacam-se: as mulheres como reprodutoras do saber; a



aprendizagem do saber-fazer artesanal na infância; o artesanato não somente como ofício, mas como prática integrada ao cotidiano familiar; ciclos de troca e subsistência.

“Comecei o artesanato de palha com a minha mãe e a minha vó. Sempre avó e mãe que ensinava”, diz uma das artesãs, 58 anos, numa revelação que ultrapassa um simples aprendizado de uma técnica manual e reflete na construção das identidades dessas mulheres. Nesse relato, percebemos a importância dos vínculos afetivos e memórias, principalmente entre as mulheres, representadas nas figuras das avós e das mães, que atravessam gerações e sustentam o modo de ser, de viver e de pertencer. Essas mulheres tornam-se guardiãs dessa prática e reafirmam a continuidade e a importância feminina na salvaguarda.

Essa primeira experiência é comum a essas mulheres, que aprenderam o trançado com suas anciãs e se apresenta novamente no relato de uma outra artesã que diz:

“Aqui em Itaíçaba a gente já nasce praticamente já trabalhando. Antigamente era... eu lembro da minha mãe grávida da minha irmã, um buchão enorme, já em tempo de parir e ela fazendo umas malonas que tem enorme com umas grades grandonas. Ela botava na ponta do joelho porque a barriga era muito grande. Quer dizer, então, a gente já nasce praticamente trabalhando” (Artesã, 45 anos).

Neste relato, a artesã aponta para uma dimensão profunda da transmissão do saber, que quando relacionada ao contexto indígena, podemos compreendê-la a partir da importância das relações cotidianas e familiares que estruturam a vida desses sujeitos. Na fala, trabalho, aprendizagem e pertencimento se entrelaçam desde o nascimento e revela que o espaço de transmissão não é um espaço escolar, é o cotidiano vivo, onde a identidade coletiva se sustenta pela observação e convivência. O próprio corpo da mãe grávida aparece como um território simbólico onde o saber é gerado junto com a vida. Essa experiência materializa o que Haesbaert (2020) define como o corpo-território, isto é, o corpo como primeiro espaço de existência e resistência, onde se inscrevem memórias, afetos, modos de ser e se funda a ligação entre corpo, terra e comunidade.

No sentido das relações, sobretudo familiares, o próximo relato indica outros elementos sobre coletividade e partilha: *“O trabalho do artesanato eu aprendi com a minha avó, com a minha mãe, elas faziam aquele surrão grande pra gente juntar o feijão, a bolsa pra pesqueira e fazia o tapete grande pra nós sentar, que era nossa mesa, pra se satisfazer do pão do dia a dia”* (Artesã, 72 anos). Esse segundo relato, além de mencionar novamente a presença feminina, ele reafirma que não é apenas a técnica sendo preservada. Ele traz elementos, a exemplo do tapete, também conhecido como esteira (Figura 1 e 2), como um símbolo que representa o espaço comum para a família, abrigando gestos cotidianos de cuidado, trabalho e

alimento. Essa peça ainda continua sendo reproduzida pelas artesãs, mas no cenário atual ela assume papel estético e decorativo.



Figura 1 e 2 - Esteiras confeccionadas com de palha de carnaúba

Fonte: Imagens retiradas da pagina do perfil da Associação das Artesãs de Itaiçaba – Arti

As relações de uso da palha da carnaúba passaram por transformação ao longo dos anos, especialmente no início do século XXI. Anterior ao cenário atual em que as mulheres tem autonomia para criar suas peças e definir os valores, o artesanato era utilizado como “moeda” de troca nas mercearias. Essa realidade se apresenta neste relato:

“A gente fazia os pisos e ia lá trocar por terça de óleo, que antigamente não era vidro, não era essas garrafas de óleo. O açúcar não era em pacote, era botado num papel e fazia tipo um pastelzinho. Geralmente a gente fazia pra trocar quando tinha necessidade, praticamente todo dia. Eles que estabeleciam o valor, geralmente eles já tinham o valor x, então eu quero tanto de café, tanto de açúcar, aí ia ver se aquela peça ia dar pra pagar. Muitas vezes ficava um pedacinho pendurado pra próxima peça” (Artesã, 45 anos).

Nessa fala, a ideia de sobrevivência aparece como central e permite articular aspectos materiais, simbólicos e econômicos. Num cenário de desigualdade, o saber tradicional foi explorado e desvalorizado, subordinando as mulheres a relações de dependência e vulnerabilidade. Hoje, com a passagem do artesanato como “moeda de troca” para um produto com valor definido pelas próprias artesãs, constatamos não apenas uma mudança econômica, mas uma reconfiguração territorial e política: o corpo, o trabalho e o saber-fazer tornam-se instrumentos de (re)apropriação do território e de afirmação identitária.

Nesse cenário de capitalização, mesmo com a inserção de outros elementos na produção das peças como tecidos e crochê, o ponto de partida do artesanato de palha de carnaúba permanece o mesmo: a oralidade. Esta por sua vez, é um elemento essencial que edifica a memória, demonstra a manifestação do pertencimento e da presença indígena, pois mesmo estas



artesãs não se reconhecendo enquanto, as relações de uso da palha da carnaúba, com o território e as técnicas de extração da matéria-prima, conversam diretamente com práticas tradicionais dos povos indígenas.

Essa compreensão reflete na ideia de que a territorialidade pode ser, também, “uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado”, como afirma Haesbaert (2007, p. 25). Assim, o fazer artesanal revela-se como uma estratégia simbólica e político-cultural de continuidade territorial, onde o trançado da palha não apenas produz objetos, mas reproduz vínculos, memórias e modos de existir.

Isso é se apresenta na fala: “*Todos nós somos descendentes de índios*”, Artesã, 72 anos, que evidenciam, através da cultura material, uma identidade, que mesmo reformulada, resiste ao apagamento. Desse modo, o artesanato de palha da carnaúba, se mostra como um veículo da resistência e reexistência indígena, uma vez que reforça o respeito com a natureza, a coletividade e a capacidade da reinvenção das identidades mesmo diante das violências coloniais. Ele ainda evidencia que a relação com o território vai além de espaço físico, ou de apenas um “chão pisado”. Ele é lugar de memória, de pertencimento, de reencontro, de reafirmação e reconstrução dos laços com a terra.

Contudo, mesmo sem um reconhecimento oficial da presença indígena, o artesanato de palha da carnaúba e as experiências vividas por essas mulheres, que representam maior parte dos sujeitos do município de Itaipava que sobrevivem através desta prática artesanal, são verdadeiras expressões da resistência e do pertencimento. Diante disto, os resultados desta análise expressam que as identidades que se moldam pelas mãos das artesãs, são dinâmicas e seguem numa contínua recriação e enraizamento com o território. Por fim, isto é, sobretudo, os povos indígenas reafirmando que estão aqui no trançado da palha, na palavra, na memória e no chão do Vale do Jaguaribe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de analisar as dinâmicas identitárias e as territorialidades dos povos indígenas no Vale do Jaguaribe, através do saber-fazer do artesanato de palha da carnaúba, demarca o quanto as colonialidades ainda dominam os modos de vida, o reconhecimento das identidades e o sentido de pertencimento. No entanto, os resultados que se desvelam neste processo evidenciam que, mesmo prevalecendo o discurso da “ausência”, a presença indígena neste território sobrevive e reexiste, latente e resistente no cotidiano dos sujeitos. As mulheres



e suas experiências, revelam que reconstrução dessas identidades se dá no cotidiano, de forma silenciosa, nos espaços domésticos, nas relações familiares e coletivas. O trançado, como elo ancestral entre o passado e o presente do território do jaguaribano, materializa a resistência e o pertencimento entre as territorialidades, o corpo, as memórias e as práticas dessas mulheres.

Diante disto, para dar continuidade na busca e construção de novos sentidos, é preciso que os olhares, as experiências e as pesquisas estejam alinhadas com as mais diversas possibilidades que podemos encontrar para compreender e valorizar os saberes, os fazeres e as resistências, e reconhecer que há elementos vivos que desafiam a ideia da ausência nesse território. É nesse viés que caminha este trabalho, que colabora com a percepção de que o território, para além de um espaço físico, é um espaço que através das práticas cotidianas e pelas memórias coletivas, é também, simbólico e afetivo.

Nesse sentido, ao propor uma leitura contra-colonial sobre o Vale do Jaguaribe, que rompe com as narrativas que negaram a presença indígena e reconhece nas mulheres o papel de guardiãs de saberes e das continuidades, esse trabalho abre caminhos para que novas compreensões, sejam elas sobre gênero, território ou memória, possam dialogar com outras experiências e dimensões de resistência. Além disso, este estudo suscita reflexões sobre políticas públicas de reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais.

Para concluir, no contexto pós-colonial, onde a existência ainda é atravessada por negociações simbólicas e políticas, torna-se urgente que a academia se aproxime das reexistências e das territorialidades vivas desses sujeitos. Tal aproximação deve ocorrer por meio de diálogos interdisciplinares que contribuam para o fortalecimento dos direitos, da memória e das expressões identitárias dos povos indígenas que seguem, no trançado da palha e na força da palavra, reafirmando sua presença no chão do Vale do Jaguaribe.

REFERÊNCIAS

BARROS, Geovana Mendes. **Questão indígena do Vale do Jaguaribe**: aldeamento, massacre e destino da etnia Paiacu. 2021. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2021.

BARROS, Geovana Mendes. **“Itaïçaba é território indígena”**: resistências e permanências dos povos originários do Vale do Jaguaribe/CE. 2023. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2023.

FERREIRA NETO, Cicinato. Indígenas e negros no Vale do Jaguaribe: entre o cativo e a liberdade. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA, NEGRA E AFRO-BRASILEIRA, *Anais...* Morada Nova, 2011.



HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, n. 17, p. 19-46 2007.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, X, **Anais...** São Paulo, 2005.

OLIVERA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: LACED, 2004. p. 13-42.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Mãos de mestre: itinerários da arte e da tradição**. São Paulo: Maltese, 1994.

PUNTONI, Pedro Luis. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

VALVERDE, Orlando. Geografia da pecuária no Brasil. **FINISTERRA, Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, v. 2, n. 4, p. 244-261, 1967.